EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA – JULGAMENTO DE 2ª INSTÂNCIA

PROCESSO FISCAL Nº: I00000016/2022
CONTRIBUINTE: Banco do Brasil S.A. – Agência João Monlevade/MG
CNPJ: 00.000.000/0001-91
ASSUNTO: Auto de Infração – ISSQN – Lançamento por Arbitramento
PERÍODO FISCALIZADO: Janeiro/2017 a Dezembro/2021
DATA DA DECISÃO: 18 de março de 2025
ÓRGÃO JULGADOR: Autoridade Julgadora de 2ª Instância Administrativa Tributária do Município de João Monlevade/MG

SÍNTESE DA DECISÃO:

A Autoridade Julgadora da 2ª Instância, após criteriosa análise do recurso voluntário interposto pelo contribuinte Banco do Brasil S.A., decidiu conhecer e dar parcial provimento ao recurso, reconhecendo, em parte, as alegações da recorrente quanto à ocorrência de decadência parcial e à aplicação incorreta de alíquota em determinada rubrica.

O julgamento manteve, no entanto, a validade do lançamento fiscal por arbitramento, por entender que o contribuinte não apresentou os documentos solicitados no Termo de Início de Ação Fiscal (TIAF nº I00005/2022), inviabilizando a apuração direta da base de cálculo do ISSQN.

A planilha de valores foi readequada, resultando em um crédito tributário atualizado no valor de R\$ 1.615.593,86.

FUNDAMENTAÇÃO ESSENCIAL DO JULGAMENTO:

Tempestividade:

O recurso foi interposto dentro do prazo legal, sendo considerado tempestivo e devidamente conhecido pela autoridade julgadora.

Reconhecimento Parcial da Decadência:
Aplicou-se o disposto no art. 150, §4º do CTN, reconhecendo a decadência para as competências compreendidas entre janeiro/2017 e setembro/2017, cujos valores foram excluídos do crédito tributário.

Legalidade do Arbitramento:
Confirmou-se a regularidade do arbitramento conforme art. 169, III do Código Tributário Municipal, em virtude da ausência de entrega da documentação necessária para aferição da base de cálculo. O procedimento de arbitramento observou os critérios previstos no art. 170, §1º, II do CTM, utilizando parâmetros de contribuintes em situação similar.

Correção de Alíquota (Rubrica 51799.8102):
Verificou-se erro de parametrização na aplicação da alíquota referente à rubrica “escrituração de cotas de fundos de investimento”, cuja alíquota correta, conforme previsto na legislação municipal (Anexo IV do CTM), é de 2% e não 5%, sendo o valor corrigido na planilha fiscal.

Multas e Penalidades:
Foram mantidas as multas de mora (10%) e de sonegação (50%), nos termos dos arts. 87, II e IV do CTM. A alegação de confisco foi afastada, em conformidade com o entendimento firmado pelo STF no Tema 1195 (RE 833.106/MG), que admite a constitucionalidade de multas punitivas superiores a 100%, desde que proporcionais e previstas em lei.

Preço do Serviço – Receita Bruta:
A tese de exclusão de descontos da base de cálculo do ISSQN foi rejeitada. A base de cálculo do imposto é a receita bruta dos serviços prestados (preço do serviço), nos termos do art. 305 do CTM e da jurisprudência do STJ (Súmula 424).

DISPOSITIVO:

Diante do exposto, decide-se:

Conhecer o recurso interposto pela instituição financeira autuada;
Julgar parcialmente procedente o pedido, reconhecendo:

- a decadência dos créditos tributários correspondentes às competências de janeiro a setembro de 2017, e
- a correção da alíquota aplicada à rubrica 51799.8102 para 2%;
- Manter o Auto de Infração nos demais aspectos, inclusive quanto ao regime de apuração, forma de cálculo e demais rubricas autuadas;
- Homologar o novo valor do crédito tributário, após readequações, no montante de R\$ 1.615.593,86.

João Monlevade/MG, 18 de março de 2025
Autoridade Julgadora da 2ª Instância Administrativa Tributária